



ENSINO REMOTO NA APAE DE JACOBINA – BAHIA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

REMOTE EDUCATION AT APAE IN JACOBINA - BAHIA: POSSIBLE PATHS FOR LEARNING PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

Maiara Oliveira Santos Ferreira¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4452-6429>

maiarajacobina@gmail.com

Resumo

Este artigo visa discutir sobre o trabalho desenvolvido com um grupo de alunos com deficiência intelectual, matriculados no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE/APAE de Jacobina - Bahia. Neste trabalho são discutidos conceitos de Atendimento Educacional Especializado, educação remota e deficiência intelectual, destacando as experiências e práticas pedagógicas desenvolvidas no CAEE/APAE, durante o ensino remoto. O estudo contém relatos sobre a importância de uma prática pedagógica que contemple a diversidade e as diferenças, refletindo como os alunos com deficiência intelectual estão sendo assistidos e inclusos durante o ensino remoto, pois devido as suas limitações os impactos para a pessoa com deficiência são ainda maiores, assim destacamos a importância da garantia ao acesso à educação para esses alunos. Nas conclusões, aponta-se a importância do uso dos recursos tecnológicos para a aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual, contextualizando a educação inclusiva e as relações com o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como potencializadores de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas; Ensino Remoto.

Abstract

This article aims to discuss the work developed with a group of students with intellectual disabilities, enrolled in the Special Educational Service Center – CAEE/APAE in Jacobina Bahia. This work discusses concepts of Special Educational Service, remote education and intellectual disability, highlighting the experiences and pedagogical practices developed at CAEE/APAE, during remote teaching. The study contains reports on the importance of a pedagogical practice that contemplates diversity and differences, reflecting on how students with intellectual disabilities are being assisted and included during remote learning, because due to their limitations, the impacts for people with disabilities are even greater, thus we highlight the importance of guaranteeing access to education for these students. In the conclusions, the importance of the use of technological resources for the learning of people with intellectual disability is pointed out, contextualizing inclusive education and the relationships with the use of Digital Technologies of Information and Communication as learning enhancers.

keywords: Inclusive Education; Pedagogical Practices; Remote Teaching.

¹ Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia, graduada em pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso (FCG), pós graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Especial. Mestranda em Educação e Diversidade (UNEB) Participante do grupo de pesquisa Cultura Visual Culti-vi. Pedagoga do Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE/APAE em Jacobina- Bahia.

INTRODUÇÃO

Março de 2020 foi marcado pela chegada da Pandemia COVID-19 ao Brasil. Com isto, as escolas tiveram que se adaptar a essa nova realidade, criando estratégias pedagógicas, realizando aulas de forma remota. É compreensível que essa nova realidade de ensino é complexa, exigindo novos olhares e práticas para os profissionais da educação e os alunos. É necessário ressaltar que, para os indivíduos com deficiência intelectual (DI), essa nova modalidade de ensino torna o seu processo de aprendizagem ainda mais difícil. Isto ocorre devido às suas limitações, como a necessidade de um tempo maior para a execução de atividades e compreensão dos conteúdos.

É necessário destacar que a deficiência intelectual não é definida como uma doença, mas sim como uma condição na qual o indivíduo apresenta algumas limitações, como na aprendizagem e interação social. Desta forma, é de suma importância oferecer aos alunos com DI um apoio pedagógico, que favoreça a sua comunicação e interação dentro desse novo cenário de ensino remoto. Batista e Mantoan (2007) afirmam que a DI desafia a escola, no que diz respeito a ensinar conteúdos curriculares, pois os estudantes com esta deficiência têm uma maneira própria de adquirir o seu aprendizado, que se distancia do modelo de ensino tradicional. Por isso, é que se observa a importância de um processo de mediação que valorize a individualidade de cada sujeito, pois, a partir dessa mediação, as dificuldades de interação poderão ser reduzidas, proporcionando aprendizagem.

Diante dessa realidade, é necessário refletir como os alunos com deficiência intelectual estão sendo assistidos e inclusos durante o ensino remoto. Um caminho é a inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo de mediação dos saberes com alunos com Deficiência Intelectual. É importante frisar que as TDICs são instrumentos da cultura no desenvolvimento psicológico do indivíduo; com isso, fica clara a necessidade de o sistema educacional pensar novas possibilidades de ensino, inserindo a tecnologia, atribuindo novos significados de aprendizagem, aproximando as demandas culturais dos processos de ensino.

Neste estudo, compreendem-se as tecnologias para além dos artefatos, definem-se “não apenas em forma de objetos e conjuntos de objetos, mas também como sistemas, como processos, como modos de proceder, como certa mentalidade” (CUPANI, 2011, p. 12). Deste modo, a partir de Santos (2018), define-se tecnologia como o que favorece a transform(ação) para assim produzir novos conhecimentos, não é a tecnologia pela tecnologia.

Diante dessas considerações, reforçamos que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação se caracteriza como um recurso que há muito tempo vem sendo discutido, em sua importância como metodologia de ensino, que potencializa o ensino e aprendizagem dos discentes. Assim, ela vinha sendo inserida aos poucos dentro das salas de aula, mas com a chegada da pandemia, os professores tiveram que se familiarizar com certa urgência para que pudessem oferecer o ensino remoto, em caráter emergencial.

Assim, para Grosse (2021, p. 10), “o potencial educativo das tecnologias digitais reside no fato de que elas são capazes de transformar o ensino e têm um lugar na construção do conhecimento, exercendo um papel importante no novo contexto educacional, cuja sala de aula passou a ser virtual”.

Posto isso, observa-se que o uso das TDIC durante o ensino remoto evidenciou as diferentes formas de ensinar e aprender, trazendo novos desafios para educação; dessa forma. Jaskiw e Lopes (2021), vem nos assegurar que, no contexto da educação remota, junto com os usos das TDIC, destacou-se a necessidade de se refletir sobre as práticas pedagógicas que vinham sendo aplicadas, investigando assim, as práticas didáticas que a cultura digital oferece.

O ensino remoto evidenciou que não basta apenas utilizar dos recursos tecnológicos, mas também preparar os estudantes para aceitação e a utilização deste novo modo de mediar os saberes. Esta preparação ocorre quando o professor mostra os benefícios que o uso desses recursos trará, compreendendo sua importância e seus benefícios na educação.

O uso das TDIC na educação vem se configurando como metodologias que ajudam no desenvolvimento cognitivo das pessoas com deficiência, tendo como objetivo simplificar as atividades do cotidiano, nessa perspectiva para que aconteça a inclusão, é necessário que a escola seja um ambiente acessível, proporcionando atividades que possibilitem aprendizagem para todos.

É importante salientar que antes da pandemia o conhecimento do potencial desses recursos era mínimo ou quase ausente; entre os motivos está a falta de informação sobre o tema, devendo esses recursos serem integrados nas ações educativas, pensando também na formação dos professores e dos profissionais que atuam na perspectiva da inclusão.

Diante dessas considerações, o objetivo desse artigo é discutir as estratégias utilizadas no Centro de Atendimento Educacional Especializado- CAEE/APAE -, durante a pandemia do COVID-19, e como essas metodologias utilizadas contribuíram para o ensino das pessoas com deficiência intelectual.

Salienta-se que consta na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº. 13.146/2015 (BRASIL, 2015) a garantia do direito a uma educação inclusiva, a qual visa a garantia da aprendizagem ofertando os recursos necessários para eliminar as barreiras de aprendizagem promovendo a inclusão. Assim, é possível afirmar que há muito tempo se fala de inclusão e de adaptação curricular. Já tivemos muitos avanços quando o assunto é inclusão da pessoa com deficiência no ambiente educacional, como o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o direito a um mediador por aluno, mas com a chegada da pandemia e a necessidade do isolamento social ficou perceptível a importância de se elaborar estratégias pedagógicas que viabilize o Plano Educacional Pedagógico Individual, com o objetivo de favorecer a aprendizagem e a inclusão.

No contexto atual da pandemia do COVID-19, o parecer nº 5 do Conselho Nacional de Educação (BRASÍLIA, 2020), destaca a necessidade de dar continuidade a esse direito, garantindo assim o Atendimento Educacional Especializado no período da pandemia. Dessa forma, o professor do Atendimento Educacional Especializado desempenha a função de adequar as atividades seguindo as individualidades de cada aluno, apoiando suas respectivas famílias.

Sendo assim, faremos aqui um relato de experiência, evidenciando as práticas pedagógicas realizadas com alunos que possuem deficiência intelectual, durante o ensino remoto na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jacobina, Bahia, contextualizando a educação inclusiva e as relações com o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como potencializadores de aprendizagem. Para isso, é necessário

discutir e compreender as especificidades do atendimento educacional especializado e como esse atendimento possibilita uma aprendizagem significativa.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A experiência relatada aqui foi desenvolvida no Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE/APAE de Jacobina, Bahia que vem oferecendo atendimento pedagógico desde 1988 à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, atuando em prol da defesa e da garantia dos seus direitos. O CAEE/APAE é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos que oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento é garantido pelos dispositivos legais do Decreto 6.571/2008 (BRASIL, 2008), que regulamenta o AEE.

Para a compreensão do que é o Atendimento Educacional Especializado- AEE, é necessário citar aqui a resolução nº 4/2009 (BRASIL, 2009), que define o AEE como um serviço de apoio para os estudantes que estão matriculados na sala de aula comum na rede de ensino público. Este serviço pode ser ofertado por instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, comunitárias e confessionais.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), define que o serviço de AEE é um conjunto de recursos pedagógicos que contemplam o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência, promovendo a sua autonomia. Este atendimento deve se fundamentar em atividade que exija a utilização do raciocínio lógico para a resolução de problemas.

O AEE se define enquanto serviço de apoio complementar ou suplementar à escolarização em classe comum, podendo ser ofertado em escolas comum ou especiais. Enquanto isso, a educação especial, do ponto de vista político, se define como o conjunto de serviços que podem ser prestados em escolas especiais, classes especiais, salas de recursos e classes comuns. (MENDES; MALHEIRO, 2012, p. 362)

É necessário ressaltar também as atribuições do professor de AEE, em que estabelece uma formação específica na educação inclusiva, sendo essa formação continuada. Podemos encontrar esta afirmação na resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, no artigo 13, inciso I (BRASIL, 2009), em que atribuem ao professor a organização de estratégias pedagógicas que possam atender às necessidades individuais do aluno. Assim, é de fundamental importância discutir o papel dos profissionais que atuam na área da educação para que possam compreender a necessidade da organização de novas práticas pedagógicas, no intuito de surgir novas formas que possibilitem a solidificação de aprendizagens significativas.

De acordo com Pimentel (2012), é necessário que o professor esteja implicado com a realidade do seu aluno, contribuindo com o seu processo de aprendizagem entendendo que existem várias formas de se alcançar a aprendizagem, buscando assim recursos que auxiliem o aluno com deficiência a alcançar os objetivos traçados para ele, ou seja, deixa claro que todo ser humano é capaz de aprender, basta ser devidamente mediado e estimulado.

Dessa forma, fica evidente que existem diversos caminhos possíveis para aprendizagem. Nessa perspectiva, esse estudo está ancorado na aprendizagem para a vida, ou seja, as práticas

desenvolvidas no CAEE/APAE buscam oferecer atividades que possam contribuir para a sua autonomia e, como consequência, na sua inclusão social.

Diante disso, é necessário ressaltar que muito se tem discutido sobre as formas de avaliação da aprendizagem, pois fica evidente que algumas escolas ainda estão aplicando práticas escolares convencionais. Assim, fica claro a necessidade de que haja mudança nos currículos escolares, entendendo e compreendendo as diferenças individuais e vivendo em harmonia numa cultura heterogênea, onde cada pessoa tem sua maneira de adquirir aprendizagem.

Dessa forma, Garcia e Tenório (2012), afirmam que um dos princípios que sustentam a avaliação da aprendizagem é entender que ela é um processo interior do aluno, ao qual temos acesso por meio de indicadores externos, ou seja, é necessário que o professor possa interpretar os desenhos, gestos e palavras que esses alunos possam produzir; é preciso que haja uma relação entre conteúdo e a realidade. Assim, “A avaliação da aprendizagem ainda se encontra num modelo classificatório e repressor, com o intuito de verificar e medir o conhecimento explícito e implícito do aprendiz, numa ação autoritária e massificadora” (GARCIA; TENÓRIO, 2012, p. 358).

Dessa forma, fica claro que, diante desses conceitos de aprendizagem, as possibilidades de exclusão social ainda continuarão a existir, pois, se as maneiras de avaliar a aprendizagem ainda são homogêneas, ou seja, o estudante que não acompanha de maneira igual a todos é caracterizado como um ser desviante, não importando com suas diferenças e especificidades.

Diante dessas discussões, Mendes, Silva e Pletsh (2011), afirmam a necessidade de haver um currículo flexível, que atenda à diversidade de todos. Assim, é de suma importância que os docentes desenvolvam atividades que atendam às especificidades de cada um, sendo esse aluno da educação especial ou não, pois igualdade, diferença e diversidade precisam ser discutidas no currículo escolar, para que não haja exclusão dos indivíduos que não conseguem se adequar ao sistema de avaliação de aprendizagem.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO REMOTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE JACOBINA – BAHIA.

Primordialmente, o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na Educação Inclusiva é um importante instrumento no auxílio para alunos com deficiência, pois muitos deles dependem deste recurso para aprender. Para Kenski (2011, p. 89), ao fazer uso da tecnologia estamos possibilitando a esses indivíduos a oportunidade de ser uma pessoa participativa em nossa sociedade. É preciso que se construam novas noções pedagógicas em que as TDIC possam ser empregadas em um processo cooperativo de aprendizagem e que aumente o diálogo entre professor, aluno e todos os envolvidos nesse processo.

Neste contexto, durante as aulas remotas desenvolvidas no CAEE/APAE de Jacobina, Bahia identificou-se que vídeoaula, videochamada e utilização de aplicativos como *WhatsApp* configuram-se como ferramentas facilitadoras de aprendizagem, as quais contribuem com a construção de conhecimento, entendendo que essas tecnologias fazem parte do contexto histórico atual dos educandos que frequentam esta instituição de ensino.

Com a chegada da Pandemia (COVID-19), tanto os professores quanto os alunos tiveram que se reinventar, tivemos que nos adaptar ao uso das tecnologias. Para os alunos com deficiência, o impacto da pandemia foi maior devido as suas limitações e também a dificuldade de acesso aos recursos tecnológicos, devido às suas situações financeiras. Assim, ficando perceptível o aumento da exclusão educacional e social. É necessário ressaltar que a garantia ao acesso à educação, nesses tempos pandêmicos, é bastante precária, devido à desigualdade social na qual vivemos, pois muitos alunos ainda não têm acesso a esses recursos tecnológicos.

Na CAEE/APAE de Jacobina - Bahia, durante esse período de ensino remoto, foi feito um mapeamento das famílias que não tinham acesso aos equipamentos tecnológicos para que assim fosse possível planejar como seria oferecido o atendimento daqueles que ainda não tinham acesso às tecnologias necessárias.

Desta forma, foram desenvolvidas estratégias de ensino para que pudéssemos minimizar os efeitos desse isolamento social. Com relação aos alunos que não tinham acesso à internet, o professor entrava em contato com a família através de ligações telefônicas e identificava como o aluno estava e suas necessidades educacionais, as atividades ficavam disponíveis na instituição, para quando a família tivesse disponibilidade de ir buscar.

Os alunos foram divididos em grupos e cada professor ficou responsável por atender esses grupos; dessa forma, eram realizadas as videochamadas, para identificar as necessidades individuais daquele aluno. Ao colher as informações, cada professor produzia um jogo com material reciclável e de baixo custo para atender às individualidades desse aluno.

Uma vez o jogo pronto, era produzido um vídeo para instruir a utilização desse material. Todos esses vídeos podem ser assistidos no *You Tube*, no canal da APAE² de Jacobina - BA Esta dinâmica possibilitou interação para esses alunos, pois eles tiveram autonomia para dialogar com o seu professor através de áudio ou videochamadas. A produção desses jogos resultou em um *e-book*³ intitulado *10 jogos para férias divertidas em casa*, produzido pela professora responsável pelo desenvolvimento das ações, através das quais as famílias tiveram acesso podendo realizar as atividades em casa. Assim, a mediação e instrução para a utilização desses jogos evidencia a importância da utilização das redes digitais no processo de ensino remoto.

Outra metodologia utilizada para aqueles alunos que tinham acesso livre à internet foi a partir do jogo que eles receberam em casa: eles teriam que fazer uma busca na internet, por jogos *online* educativos, que estavam associados aos que eles tinham recebido em casa. Esta metodologia incentivou aos alunos a pesquisarem jogos que os ajudassem no desenvolvimento da coordenação motora, associação de números a quantidades, atividades de vida diária, de comunicação verbal, para nomear e identificar as cores, dentre outras.

A informática na educação especial favorece trabalhar na perspectiva de pensar e repensar a prática pedagógica no propósito de possibilitar a aprendizagem dos educandos com necessidades educativas especiais de forma diferenciada. (WERNER, 2008, p. 48)

A partir dessas informações, pode-se afirmar que é necessário que os professores façam uso da TDIC, pois elas proporcionam aos alunos diferentes possibilidades de aprender, sendo

² Ver mais em: <http://gg.gg/wgcn>.

³ Ver mais em: <http://gg.gg/wgceu>.

uma ferramenta que acomoda outras formas de se comunicar e interagir com a sociedade na qual vivemos. No entanto, a função da tecnologia, por mais favorável que seja, está sujeita às restrições, isso significa dizer que o sistema educacional deve abrir espaços para as novas mudanças que a tecnologia proporciona (GALVÃO; MIRANDA, 2012).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em suas competências, abrange a tecnologia, vindo reafirmar a importância da tecnologia no desenvolvimento cognitivo do aluno, incitando a atualização na utilização dos recursos nas práticas pedagógicas.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoais. (BRASIL, 2018).

Não sendo diferente na Educação Especial, quando existe o decreto nº 5296/04, no artigo 2º inciso IX (BRASIL, 2004), afirma que a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida tem direito à comunicação. As TDIC na Educação Inclusiva vêm com o propósito de mostrar ao aluno que ele também é capaz de aprender e interagir com o meio tecnológico, dessa forma, o aluno, ao fazer uso das mídias digitais, sente-se autoconfiante ao se perceber como sujeito de uma sociedade informatizada.

Assim, pensar na potencialidade das TDIC associada à realidade individual do aluno é entender os novos processos de ensino e aprendizagem, mais dinâmicos, relacionando o aprender com o lúdico, em que possibilite prazer e autonomia para os alunos. Dessa forma, pode-se entender que essa estratégia de ensino contribuiu para a estimulação do raciocínio lógico, favorecendo a comunicação, pois alguns alunos com Deficiência Intelectual sentem dificuldade em se comunicar. Assim é a partir da brincadeira que o aprendizado acontece de forma mais atraente.

A produção e a utilização dos jogos pedagógicos recicláveis e de baixos custos, associados à utilização de recursos tecnológicos se caracteriza como um grande aliado no processo de aprendizagem e interação social das pessoas com deficiência intelectual, pois pudemos perceber que os alunos começaram a realizar as atividades escolares com jovialidade, estimulando a curiosidade e a imaginação.

A combinação da aprendizagem por desafios, problemas reais e jogos com a aula invertida é muito importante para que os alunos aprendam fazendo, juntos e no seu próprio ritmo. Os jogos e as aulas roteirizadas com a linguagem de jogos estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar. Para gerações acostumadas a jogar, as atividades com desafios, recompensas, de competição e cooperação são atraentes e fáceis de perceber. (MORAN, 2015, p. 41)

É indiscutível a necessidade de um planejamento flexível que atenda às necessidades e especificidades de cada aluno, para que assim, o professor possa atingir os objetivos traçados para cada um. Incontestavelmente, o jogo é uma estratégia facilitadora do aprendizado para a pessoa com deficiência, pois ajuda ao aluno a entender regras, argumentar as ideias e a se comunicar melhor.

Para o desenvolvimento das atividades, foram planejados a produção de jogos com material reciclável e de baixo custo, através do qual tivemos como recurso pedagógico as

tecnologias digitais e tiveram papel fundamental na divulgação das atividades, assim os professores produziram vídeos instruindo como os alunos poderiam utilizar o material que foi enviado para ele. A partir do retorno da família, com o qual conseguiram expressar que, a partir do momento que o aluno conseguia identificar o professor na tela do seu celular, tablet, dentre outros, ele demonstrava maior interesse em realizar as atividades que estavam sendo propostas.

As famílias também foram essenciais nesse processo de aulas remotas, pois eles correspondiam às atividades enviadas gravando vídeos e áudios com os alunos, utilizando o material e realizando as atividades propostas, melhorando a comunicação e interação dos mesmos.

Pretto, Bonilla e Sena (2020) afirmam que não devemos utilizar dos recursos tecnológicos apenas para transmitir os conteúdos que a escola exige, pois estamos vivenciando um momento de pensar nas questões psicológicas e emocionais. Devemos refletir sobre as estratégias de ensino e aprendizagem, durante o ensino remoto, que não vise apenas cumprir a carga horária necessária, mas sim, possibilitar um atendimento educacional que vise apoiar os alunos e sua família durante o momento de isolamento social.

Santos e Martins (2018) evidenciam que a educação *online* não é marcada apenas pelo uso dos recursos tecnológicos, mas sim dos processos interativos e da aprendizagem significativa que essa metodologia de ensino proporciona.

Diante desse contexto, o universo digital interativo que as aulas remotas proporcionaram aos alunos com deficiência intelectual alterou a forma de interação e comunicação dos mesmos nesse momento de isolamento social. Assim, os jogos foram produzidos de acordo com a necessidade de cada aluno, para isso, tivemos como apoio o Plano de Educacional Individualizado (PEI), pois compreendemos que cada aluno é único, e com isso deve-se respeitar as suas individualidades e diferenças. Assim, conceituamos o PEI como:

Em linhas gerais, trata-se de um planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos. Também são levadas em consideração expectativas familiares e as do próprio sujeito. (GLAT; VIANNA; REDIG, 2012, p. 84)

É formidável esclarecer que, para o aluno com deficiência intelectual compreender o objetivo das atividades, ele necessita de um tempo maior e um número menor de sequência de atividades. Assim, fica clara a importância de o professor experimentar estratégias pedagógicas diferenciadas que contemplem a todos, tendo em vista a particularidade de cada indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como finalidade descrever a experiência do uso dos jogos pedagógicos recicláveis e de baixo custo, apoiado nos recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como estratégia pedagógica, no atendimento educacional especializado de alunos com deficiência intelectual. Dessa forma, ficou clara a importância do recurso digital adequado

à realidade e à individualidade desses alunos, pois durante a realização das atividades, os discentes conseguiram dialogar verbalmente ou através de gestos, expressando sentimentos de alegria, prazer e satisfação em estar diante desses recursos tecnológicos, fazendo uso com autonomia.

As atividades proporcionaram uma compreensão entre o brincar e a função pedagógica. Os alunos tiveram total liberdade na utilização e acesso aos jogos, mas com orientação do professor. O objetivo foi a promoção da aprendizagem, estimulando o desenvolvimento do aluno, correspondendo às competências e habilidades do jogo proposto. Assim, essa experiência pedagógica possibilitou a produção de conteúdo e o compartilhamento de informações propiciando a aprendizagem significativa.

A pandemia do COVID-19 destacou a importância de se utilizar das Tecnologias da Comunicação como aliadas no processo de ensino e aprendizagem, mas para isso é necessário que se invista na formação continuada dos educadores, pois, diante do contexto atual, os docentes tiveram que se readaptar em caráter emergencial e muitos demonstraram a insegurança no uso dos recursos digitais.

Dessa forma, compreendemos a importância desse relato de experiência, no qual contribui para que a sociedade em geral, possa conhecer o que é uma pessoa com deficiência intelectual e suas potencialidades, estimulando o desenvolvimento de novas práticas inclusivas, oferecendo assim, um ensino de qualidade para todos os indivíduos, pensando em suas individualidades.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. A. M. MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. In: GOMES, A. L. L. *et al*, **Deficiência Mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL, 2015, **Lei nº13.146**, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 01 Nov 2021.

BRASIL. CNE. CEB. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. 2015; 7 jul.

BRASIL. MEC/SEESP. Presidência da República. Decreto nº 6.571, de 17 de março de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art.60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº188, 18 de setembro de 2008.

BRASIL. MEC/SEESP. Presidência da República. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 06 nov. 2021.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- GALVÃO FILHO, T. A.; MIRANDA, T. G. Tecnologia Assistiva e salas de recursos. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.
- GARCIA, R. P.; TENÓRIO, R. M. **O isso e as potencialidades do feedback processual na avaliação de aprendizagem**. In: TENÓRIO, R. M.; FERREIRA, R. A.; LOPES, U. de M. Avaliação e resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar. Salvador: EDUFBA, 2012.
- GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, v. 34, p. 79-100, 2012. Disponível em: Acesso em: 01 nov. 2021.
- GROSSI, M. G. R. Usar tecnologias digitais nas aulas remotas durante a pandemia da COVID-19? Sim, mas quais e como usar? **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-12, 12 jun. 2021.
- JASKIW, E. F. B., & LOPES, C. V. G. (2021). A pandemia, as TDIC e ensino remoto na educação básica: desafios para as mulheres que são mães e professoras. *SCIAS - Educação, Comunicação E Tecnologia*, 2(2), 231-250. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/sciaseducomtec.v2i2.5033>.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologia**: O novo ritmo da informação. 8 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- MENDES, G. M. L.; SILVA, F. C. T.; PLETSCHE, M.D. Atendimento Educacional Especializado: por entre políticas, práticas e currículo – um espaço tempo de inclusão? **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 11 - n. 3 - p. 255-265 / set-dez 2011 255.
- MENDES, E. G.; MALHEIRO, C. A. L. Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado? In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MORAN, JOSÉ. Educação híbrida um conceito- chave para a educação, hoje. In: Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação/organizadores, Lilian Bacich, Adolfo Tanzi Neto, Fernando de Mello Trevisani. Porto Alegre: Penso, 2015.
- PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PRETTO, Nelson; BONILLA, Maria Helena; SENA, Ivânia. **Educação em tempos de pandemia**: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela COVID-19. Salvador: Edição do Autor, 2020.
- SANTOS, E.; MARTINS, V. CIBERVÍDEOS E MULTILETRAMENTOS NA EDUCAÇÃO ONLINE. **Revista Observatório**, v. 4, n. 5, p. 231-262, 1 ago. 2018.
- SANTOS, Thaís Nascimento Santana. **É desafio que se fala?**: estágio, tecnologias e aula de língua portuguesa. Salvador, 2018.
- WERNER, Hilda Maria Leite. **O processo da construção do número, o lúdico e TICs como recursos metodológicos para criança com deficiência intelectual**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Paranaguá – Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2443-6.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.